

**MULHER E PESCA ARTESANAL: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DAS
PESCADORAS DE BELO JARDIM – PE PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL NA
COLÔNIA Z-28.**

Thiago Jerônimo Pinto dos **SANTOS**¹

¹ Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local. Secretaria de Educação de Pernambuco. E-mail:
jeronimo_psantos@yahoo.com.br.

Resumo: A presente pesquisa visa relacionar a participação política das pescadoras de Belo Jardim, localizado no agreste de Pernambuco, na construção de políticas públicas para o desenvolvimento local. Considerando que a pesca artesanal tem peculiaridades quando exercida tradicionalmente por homens, a análise aqui, se destina, principalmente, apresentar a desvalorização política das pescadoras filiadas à colônia. Tomando como estudo de caso a colônia de pescadores/as de Belo Jardim, a pesquisa buscou refletir sobre o nível de participação dessas pescadoras na construção de políticas para o desenvolvimento local da comunidade pesqueira. Observa-se que em várias situações, as mulheres pescadoras se fazem presentes nas reuniões da colônia, porém suas escolhas não são respeitadas e nem reconhecidas dentro dos espaços de decisão. A desvalorização dos seus trabalhos e a falta de reconhecimento social pelos seus pares inviabiliza a atuação política feminina nos espaços democráticos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, em que utilizamos os procedimentos metodológicos, da observação direta, análise documental, roteiro de entrevistas semiestruturada com os representantes da colônia e trabalhadores e trabalhadoras de pesca artesanal. Através dos resultados verificamos que não houve uma participação efetiva das pescadoras na construção de políticas públicas para o desenvolvimento local da comunidade pesqueira em análise.

Palavras-chave: Participação. Políticas Públicas. Desenvolvimento Local. Mulher e Pesca Artesanal.

**WOMAN AND ARTISANAL FISHING: ANALYSIS OF THE PARTICIPATION OF
BELO JARDIM'S FISHERWOMEN - PE FOR LOCAL DEVELOPMENT IN COLONY
Z-28.**

Abstract: This research aims to relate the political participation of fisherwomen of Belo Jardim, located in the agreste of Pernambuco, in the construction of public policies for local development. Whereas small-scale fishing has peculiarities when exercised traditionally by men, the analysis here, is intended mainly to present political devaluation of affiliated fisherwomen of the colony. Taking as a case study the colony of fishermen / the Belo Jardim, the research sought to reflect on the level of involvement of fisherwomen in building policies for local development of the fishing community. It is observed that in many situations, fisherwomen are present in colony meetings, but their choices are not respected and not recognized within the decision-making spaces. The devaluation of their work and the lack of social recognition by their peers prevents the female political activity in democratic spaces. This is a qualitative research, in which we use the methodological procedures, direct observation, document analysis, script semistructured interviews with representatives of the colony and workers and artisanal fishing workers. Through the results we verified that there was no effective participation of fisherwomen in the construction of public policies for local development of the fishing community in question.

Key words: Participation. Public policy. Local development. Women and Artisanal Fishing

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa relacionar a participação política das pescadoras de Belo Jardim, localizado no agreste de Pernambuco, na construção de políticas públicas para o desenvolvimento local. Considerando que a pesca artesanal tem peculiaridades quando exercida tradicionalmente por homens, a análise aqui, se destina, principalmente, apresentar a desvalorização política das pescadoras filiadas à colônia. A pesca artesanal se caracteriza pela presença do gênero masculino nas atividades produtivas e nos movimentos políticos da comunidade pesqueira. Esse cenário mostra uma desigualdade entre os gêneros que revela dificuldades na vida política e social dessas mulheres. A ausência da participação democrática e a desvalorização produtiva das pescadoras artesanais na colônia Z-28 interferem na construção de políticas públicas específicas para as mulheres pescadoras que também exercem o papel de mãe, esposa, integrante da comunidade e agentes econômicas.

A pesquisa, de que trata este artigo, tem como problemática: como se dá a participação das pescadoras do município de Rio Formoso-PE na colônia Z-28 na construção de políticas públicas para o desenvolvimento local?

A participação política representa um importante instrumento para o crescimento da consciência crítica das pessoas, e fortalece seu poder de reivindicação no âmbito civil, político e social. Cria possibilidade de mudança e qualidade de vida. A participação é o próprio processo de criação do homem ao pensar e agir sobre os desafios da natureza e sobre os desafios sociais, nos quais ele próprio está situado (SOUZA, 2000, p. 82). Sendo assim, a participação não é apenas estar presente, ou seja, se fazer presente em reuniões, conselhos, fóruns, mas é, acima de tudo, um processo contínuo e permanente de luta e de reivindicação para a consolidação dos direitos, sejam políticos, econômicos, sociais e até culturais.

A construção histórica e cultural de desigualdade entre homens e mulheres impossibilita uma atuação mais significativa das mulheres no jogo político decisório da vida social. Essa condição de invisibilidade social e política corroboram decisivamente para a ausência de políticas públicas direcionadas para as mulheres.

Para Texeira (2001), a participação significa “fazer parte”, “tomar parte”, “ser parte” de um ato ou processo, de uma atividade pública, de ações coletivas, e entendê-la é perceber a interação contínua entre os diversos atores sociais, o Estado, outras instituições políticas e a sociedade civil. Porém, para que se concretize a participação, é necessário que homem e mulheres criem uma vontade e /ou motivação de fazerem parte de um grupo, atividade, projeto ou de um movimento. Todavia, o conceito de participação também pode ser entendido como uma conquista processual da autopromoção, em que a sociedade civil busca a aquisição de direitos, proporcionando assim a formação de uma consciência crítica, envolvimento e compromisso. A partir dos anos 1990, a sociedade civil torna-se mais ativa, devido ao fim do regime ditatorial e ao início da democratização do país, a ineficiência do Estado em atender as demandas sociais, envolvendo-se nas novas formas e contornos políticos, por conta do agravamento dos problemas sociais existentes nessa época, entre outras coisas.

Ainda neste período, a participação da sociedade organizada no planejamento e execução das políticas públicas no Brasil provocou uma tensão nas agências estatais, tornando-as mais transparentes, responsáveis e suscetíveis ao controle social. Com isso, os mecanismos de participação obrigam o Estado a negociar suas propostas com outros grupos sociais, colocando em cheque os interesses públicos e os da sociedade civil.

Segundo Bordenave (1995), a participação possui alguns princípios, referentes ao processo histórico de construção de uma sociedade democrática participativa. Tais princípios são: a participação é uma necessidade humana e, por conseguinte, constitui um direito das pessoas; é um processo de desenvolvimento da consciência crítica e da aquisição do poder, mas pode levar a apropriação do desenvolvimento pelo povo; é algo que se aprende e aperfeiçoa; pode ser provocada e organizada, sem que isto signifique necessariamente manipulação, porém pode ser facilitada se organizada, pode resolver conflitos como também pode gera-los.

O objetivo principal da participação, é que a mesma seja considerada um método ou caminho que utilizamos para alcançar certos objetivos (interesses). Sendo possível a

concretização desses interesses pela sociedade, através da predominância do exercício da democracia e da cidadania, contra o controle e a monopolização do poder.

Desta maneira, a forma de desenvolver a participação e de desempenhar a prática democrática, fundamental à descentralização do poder e vital para o processo participativo, possibilita uma maior interação da comunidade nos processos políticos. Segundo Demo (1996), é através do exercício da prática democrática que nasce a condição essencial ao processo participativo. Assim, aprendemos a eleger, a destituir escolher, opinar e intervir junto ao Estado.

A consolidação dos direitos socialmente construídos perante a lei, conquistada pela participação coletiva, são os direitos não fornecidos pelo Estado, mas conquistados através do exercício da democracia participativa, exercendo a cidadania. “A cidadania pressupõe o Estado de direito e igualdade de todos perante a Lei e do reconhecimento da pessoa humana, onde são detentores inalienáveis de direitos e deveres” (DEMO, 1996, p. 70).

Para atender a essas necessidades impostas pelo regime democrático é importante uma mudança nas práticas socioeconômicas. Não se pode pensar em novos paradigmas políticos ou sociais sem antes levarmos em conta o desenvolvimento econômico. O fator produtivo é essencial na compreensão dos fenômenos atuais. Por esse motivo faz-se necessário uma mudança de paradigma econômico que leve em consideração os fatores endógenos e a participação de seus atores sociais na busca de uma sociedade mais justa e igualitária. (SANTOS, 2014).

Na busca de uma alternativa ao desenvolvimento atual, que provou sua ineficácia em harmonizar interesses sustentáveis e monetários, surge a necessidade da implementação de um paradigma de desenvolvimento, que consiga conciliar a tensão existente entre crescimento econômico, aumento populacional, grande avanço tecnológico e a necessidade de conservar a natureza (CARNEIRO; JESUS apud LIMA, p. 207, 2012).

O desenvolvimento econômico contemporâneo repousa em uma estrutura baseada no capital no qual seu maior objetivo é conservá-lo e ampliá-lo. Esse modelo de produção e de consumo nos leva a pensar em mudar um modo de vida que não está satisfazendo as necessidades de uma pessoa, de uma família, de uma comunidade, de uma cidade, de um país (CARNEIRO; JESUS apud LIMA, p. 207, 2012).

Ao pensarmos nessa direção e em novas possibilidades de convivência surge a perspectiva do desenvolvimento local. Segundo De Jesus, (2003, p.72), desenvolvimento local:

Trata-se de um esforço localizado e concertado, isto é, são lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado lugar que se articulam com vistas a encontrar atividades que favoreçam mudanças nas condições de produção e comercialização de bens e serviços, de forma a proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos e cidadãs, partindo da valorização e ativação das potencialidades e efetivos recursos locais.

Para Tauk Santos (2010, p 122), o desenvolvimento local envolve um complexo de fatores entre eles: desenvolvimento humano, renda, preservação ambiental, entre outros, necessitando que haja uma profunda mudança social para ser construído. Todos esses fatores são importantes para a organização socioeconômica das sociedades, porém é indispensável à participação ativa e reflexiva desses atores sociais no processo de transformação.

O desenvolvimento local ocorrerá, efetivamente, a partir do momento que o sujeito tome consciência da importância da sua história e da capacidade de poder influenciar o seu entorno, ao desvelar as suas capacidades, competências e habilidades de se organizar a partir das suas limitações geofísicas (BERNARDO, 2012, p. 47).

Em oposição ao desenvolvimento predatório e excludente surge a possibilidade de um desenvolvimento que inclui e valoriza a diversidade cultural, que respeita o papel social desempenhado pelos indivíduos locais e contribui bastante para minimizar as diferenças entre homens e mulheres. Não se pode pensar em desenvolvimento

local sem, antes, levar em consideração o papel da mulher na atividade política e produtiva das localidades.

Devem-se tomar como elementos pertinentes, alguns marcos históricos nas relações estabelecidas entre homens e mulheres no Brasil. São eles: o patriarcalismo e as oligarquias. Ambos dificultaram severamente a visibilidade e a participação feminina na sociedade brasileira e são responsáveis por campos de dominação dos homens sobre as mulheres.

De acordo com Falquet (2005) apud Novaes (2007, p. 158) A divisão sexual do trabalho, o modelo de família e a cultura são questões profundamente interligadas, que se constituem como pilares do sistema patriarcal de opressão, podendo-se supor que aí se concentra grande parte das dificuldades de transformação das relações de gênero no meio rural, no qual os sistemas de valores patriarcais são mais arraigados e, portanto, mais difíceis de serem transpostos.

Ao deslocarmos essas observações ao mundo da pesca artesanal ficam evidentes seus desdobramentos culturais, que envolvem mitos, valores e identidade. Sabe-se que a pesca representa um universo masculinizado, no qual são violados direitos socioeconômicos da mulher pescadora. Essa violação de direito resulta numa desvalorização do trabalho feminino na pesca artesanal. A interferência do gênero torna invisível e limita a contribuição das pescadoras na produção pesqueira e na reprodução (MELO; STADTLER, 2011. p. 09).

Para Nobre (2003), abordar as relações de gênero e suas incoerências leva-nos ao requerimento de que se tornem visíveis às experiências feministas, como geradoras de renda e participação política, assim como considerar a forma como as mulheres organizam o trabalho, a gestão, como articulam a vida profissional e doméstica.

Com isso, é importante analisar a participação feminina nos espaços públicos em direção à construção de direitos e ao processo de empoderamento. Nessa perspectiva, a correlação de forças na construção democrática está assentada na participação dos sujeitos sociais (DEMO, 1999). Há de se romper com essa

realidade e garantir de forma legal o reconhecimento da participação feminino na pesca artesanal.

Nesse sentido, de acordo com (BRYON; GEHLEN, 2004, apud CALLOU et al 2009, p. 218) Torna-se imperativo reconhecer os direitos das pescadoras artesanais de ter acesso, de forma equitativa e com sustentabilidade dos ecossistemas, instituindo sistemas de cogestão para pesca artesanal como mecanismo de participação transparente na tomada de decisão. É importante reconhecer o papel desempenhado pelas mulheres na pesca artesanal, onde, além das atividades domiciliares e lutar pela saúde e educação das crianças. Elas trabalham como catadoras, marisqueiras, vendedoras de pesados e seus derivados.

A problemática da participação feminina nas atividades políticas e econômicas, em que a maior parte de seus integrantes é do sexo masculino, revela uma cultura masculinizada e opressora. Como indicado anteriormente, essa formatação está ligada fundamentalmente aos ecos de um Brasil patriarcal, escravocrata e oligárquico. Tendo em vista a invisibilidade da mulher na pesca artesanal, torna-se pertinente analisar o grau de participação das pescadoras do Município de Belo Jardim – PE, na colônia Z-28, que se encontram nas questões da organização política da entidade de classe / colônia e o envolvimento no processo produtivo.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho foi fruto de um estudo de caso, de caráter exploratório e cujos instrumentos de coleta de dados foram às entrevistas abertas e semiestruturadas. As entrevistas foram realizadas com (seis) mulheres pescadoras da comunidade pesqueira da Prainha do Ipojuca nas quais possuem o registro de pescadora regulamentado. Os instrumentos de entrevistas e observação da realidade foram aplicados e desenvolvidos em locais diferentes, além da própria colônia também fizemos perguntas e observações na residência e nos locais de trabalho, na tentativa de captar a subjetividade nas entrelinhas do discurso de cada sujeito da pesquisa. Com o auxílio do caderno de campo e verificação das ATAS de presença das reuniões da colônia Z-28 verificamos assiduidade e presença das mulheres nas reuniões e deliberações propostas pelo presidente da colônia de pescadores.

Também entrevistamos (um) técnico do Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PRORURAL), responsável direto pelas ações na localidade, e por fim, o presidente da Colônia Z-28. O itinerário metodológico foi realizado em diálogo com um arcabouço teórico com base em referências na literatura contemporânea referente à temática analisada, como Scoot (1995); Stadtler (2008); Melo (2011) e Demo (1996).

3 O LOCAL DE ESTUDO: COMUNIDADE PESQUEIRA DA PRAINHA DO IPOJUCA - BELO JARDIM.

A comunidade pesqueira de Belo Jardim está localizada na Barragem Pedro Moura Júnior, conhecido também como Barragem do Ipojuca, ou a Prainha, nome dado pela população ribeirinha, devido a sua aparência física com as praias litorâneas. A economia dessa comunidade está dividida entre o comércio, a pesca artesanal e a agricultura, esses dois últimos, os produtores são comercializados no mercado público de Belo Jardim e na própria comunidade. Os homens dessa comunidade trabalham na pesca artesanal, a principal atividade econômica, porém complementam a renda familiar exercendo outras atividades, entre elas a agricultura e o comércio.

Para Bernardo (2012, p. 62), referente à participação das mulheres, muitas delas, uma parcela bastante significativa, ajudam o companheiro na pesca artesanal. Outra atividade é a agricultura em que as mulheres trabalham na complementação da renda. Elas ainda trabalham como cozinheiras e/ou garçonetes nos bares e restaurantes instalados nessa comunidade.

Na comunidade não existem escolas e nem postos de saúde, isso faz com que a população tenha que se dirigir até o centro da cidade de Belo Jardim ou municípios vizinhos para ter acessos a esses serviços. Outra situação que merece destaque é a falta de saneamento básico, pois todos os dejetos são descartados na barragem, isso resulta na degradação do ecossistema e na qualidade de vida dos habitantes dessa comunidade.

4 ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DAS PESCADORAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL NA COLÔNIA Z-28 / BELO JARDIM.

A elaboração dos ideais ao desenvolvimento local aponta a pertinência, substancial, da participação dos gêneros na construção de melhores condições de vida e de trabalho. Para atuar de acordo com essas características, Pires (2008. p. 128) defende que se torne fundamental a flexibilização das instituições e dos atores do território para que conquistem o protagonismo das ações de desenvolvimento local.

As pescadoras informaram que não existem reuniões e assembleias deliberativas na colônia para discutir o envolvimento delas no processo político-produtivo. Essa informação foi confirmada no discurso do técnico responsável pelas ações e implementações de políticas públicas para pesca artesanal, vejamos o porquê:

[...] quando a gente fez o diagnóstico essa coisa de autonomia de gênero não estava forte, não estava tão divulgado assim. [...] Hoje você vê isso com mais clareza e já observa que as mulheres tem uma participação mais efetiva por causa dos programas da Secretaria da Mulher/ PR (*Técnico do Prorural*)

Apesar do discurso do técnico do Prorural em reconhecer um significativo aumento da participação feminina na colônia de pescadores, a pesquisa revelou um dado contraditório. Muitas mulheres não são convidadas para as reuniões e assembleias deliberativas, porque estando em dívida com a colônia não podem votar, porém não deveriam ser excluídas do processo decisório. Por sua vez, as mulheres defendem-se da inadimplência para com a colônia, afirmando que o presidente não presta contas do uso do dinheiro:

[...] Não vejo o presidente da Colônia fazer nada para a gente, é um motivo para eu não pagar a colônia. [...] Vou dar dinheiro ao presidente para não fazer nada? [...] Não vejo um barco para as mulheres, não vejo ajuda, não vejo nada, não tem nada para agente. (*pescadora 4 de Belo Jardim*)

Das (seis) pescadoras da colônia Z-28 de Belo Jardim, (duas) estão com os registros vencidos. Verificamos também, uma grande dependência das pescadoras com a colônia. Essas mulheres depositam na entidade de classe toda a responsabilidade para resolver a regularização da carteira de pescadora artesanal.

Em entrevista, a pescadora esclarece que “[...] As mulheres cobram mais que os homens, mas na hora de falar em grupo, elas se calam e na hora de assumir alguma responsabilidade, elas recuam [...]”.

Esse comportamento é fruto de uma prática ainda não exterminada de medo das mulheres em tomar a frente dos homens, ou ainda, o não espaço dado por eles, para que possam mostrar seu potencial. Nessa direção, as pescadoras ficam excluídas dos respectivos direitos sociais e políticos (GLIESSMAN, 2001).

Além disso, a pesca artesanal esconde a situação das mulheres, não revelando sua situação de opressão e desigualdade frente aos homens. A condição de invisibilidade feminina permeia à condição política revelando um abismo histórico entre homens e mulheres, baseada na estrutura patriarcal de opressão e submissão da mulher.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do grau de participação das pescadoras na colônia de pescadores (as) no município de Belo Jardim revelou que apesar do crescimento de suas participações nas discussões, seu envolvimento político ainda é muito incipiente. Percebeu-se que houve uma significativa abertura política para as mulheres na colônia Z-28, porém suas vozes ainda não exercem o mesmo poder decisório, como as vozes masculinas, que ressoam nos espaços de poder da colônia com mais efetividade e força.

Analisou-se também que a hierarquia histórica das relações de gênero na pesca artesanal dificulta a inserção das mulheres nos espaços de poder. Isso é percebido, quando se observa o papel da mulher pescadora no processo produtivo. Seu trabalho está delimitado entre o beneficiamento do pescado e as atividades do lar.

As conquistas, por parte das mulheres pescadoras, no sentido do desenvolvimento local devem ser estruturadas por articulações do poder público e pela participação dos seus interessados e interessadas, no sentido de fomentar estratégias específicas para as pescadoras nos espaços públicos e privados.

Portanto, a baixa participação das pescadoras nas entidades de classe/colônia não efetiva concretamente os indicadores ao desenvolvimento local. Deve-se levar em consideração o trabalho realizado por essas mulheres e sua participação dentro da colônia para que se possa estabelecer um novo paradigma de convivência.

Propõem-se como ação, para tentar solucionar a problemática da baixa participação, a melhoria da mobilização comunitária, o incentivo para a maior participação das pescadoras, estimulando a população a desenvolver o controle social, democratizando as informações, contribuindo para o fortalecimento dos canais de participação popular na colônia z-28. Contudo, no que diz respeito à participação das mulheres nas comunidades pesqueiras tradicionais, há todo um campo a ser explorado e trabalhado, principalmente nas regiões do sertão e do agreste Pernambucano.

6 REFERÊNCIAS

BERNARDO, Erick Valdevino. **Políticas públicas e equidade de gênero em pesca artesanal: projeto polo peixe**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós Graduação em extensão rural e desenvolvimento local, UFRPE, Recife, 2012.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 1996.

DE JESUS, P. **Desenvolvimento Local**. In: CATTAN Antonio David I (Org.) A Outra Economia. Porto Alegre, Veraz Editores. 2003.

FALQUET, J. **Três questões aos movimentos sociais progressistas: contribuições da teoria feminista à análise dos movimentos sociais**.

Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA. Portal NEAD.

Artigo do mês. nº 289. 23 jun - 03 jul 2005. Disponível em [HTTP://www.nead.org.br/index.php](http://www.nead.org.br/index.php) acesso outubro de 2011.

GEHLEN, V.R.F.; RAIMUNDO, V.J.; SILVA, A.R.S.; ALENCAR, M.M.C.M. O Trabalho e o Lugar: A Pesca Artesanal na Ilha de Deus. In: CALLOU, Angelo Fernandes Brás. TAUK SANTOS, Maria Salett. GEHLEN, Vitória Régia Fernandes (Organizadoras). **Comunicação, gênero e cultura em comunidades pesqueiras contemporâneas**. Recife, 2009.

GUERRA, Christiane Lima Fernandes. **Participação popular e Educação Ambiental no trabalho da Comissão voluntária de defesa e prevenção das praças do bairro de Jardim São Paulo**. TCC, UFPE, CCSA, 1999.

MELO, Maria de Fátima Massena. STADTLER, Hulda Helena Coraciara. **Formas de adaptação entre pescadoras artesanais: produção e reprodução**. In: XXVIII Congresso Internacional da Alas. Recife. 2011.

NOVAES, Mª de Lourdes. O trabalho da mulher na agricultura familiar. In: LIMA, M.E.B.; COSTA, A.A.A.; COSTA, A.; ÁVILA, M.B.; SOARES, V.L. (Organizadoras). **Transformando a relação trabalho e cidadania: Produção, reprodução e sexualidade**. 1º Edição. São Paulo: CUT/BR, 2007. p. 151-165.

PIRES, L.H. A descentralização do poder e a regionalização das soluções. In: DOWBOR, Ladislau. POCHMANN, Márcio (Orgs). **Políticas para o desenvolvimento local**. 1º Edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 105- 129.

SANTOS, Graciete. As Relações de Gênero na Agricultura Familiar. In: LIMA, M.E.B.; COSTA, A.A.A.; COSTA, A.; ÁVILA, M.B.; SOARES, V.L. (Organizadoras). **Transformando a relação trabalho e cidadania: Produção, reprodução e sexualidade**. 1º Edição. São Paulo: CUT/BR, 2007. p. 167-174.

SCOOT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil para a análise histórica**. Educação & Realidade, Porto Alegre, Recife: SOS Corpo. 1995.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. 7ª Ed. Cortez Editora. São Paulo. 2000.

STADTLER, Hulda. **Relações sociais de gênero e violência no campo e na agricultura familiar**. In: Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder. Florianópolis. 2008.

_____, Hulda. **A identidade de gênero como ferramenta política entre as lideranças femininas da pesca em Pernambuco** In: II Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: Culturas, leituras e Representações. [S.L]. 2009.

TATAGIBA, Luciana. **Os Conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil**. In: DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TAUK SANTOS, Maria Salett. **Comunicação e informação: Identidades e fronteiras**. São Paulo/Recife: Bagaço, 2000.

TEXEIRA, Elenaldo Celso. **O Local e o Global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez, 2001.